

GUERRA FISCAL



Agnelo Queiroz se reuniu com a presidente Dilma Rousseff e com os governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás para debater o tema

Garantia de benefícios

Valdir Simão, secretário de Fazenda do DF, afirma que diminuir o percentual do imposto reduzirá também o combustível da guerra fiscal, mas é preciso outras garantias. “Nós aceitamos a redução da alíquota de 12% para 4%, conforme proposta do Governo Federal, mas temos que ter a garantia jurídica de convalidação dos benefícios atuais”, ressalta.

Os benefícios a que se refere Simão são os descontos oriundos dos contratos do Programa de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF (Pró-DF I), que foram julgados inconstitucionais recentemente, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O GDF criou o programa sem a aprovação unânime do Confaz.

“O benefício nada mais é do que o desconto de 70% na alíquota do ICMS. Se a alíquota diminui, o percentual de ganho da empresa não será o mesmo. Em longo prazo essa política prejudicará o DF, mas por outro lado pode nos ajudar a mudar o destino da tributação”, diz Simão.

EMPRESÁRIOS APREENSIVOS

Para o empresário Renato Barbosa, diretor da Brasal, o posicionamento do GDF dá esperanças para os empresários, mas não elimina a insegurança com relação às decisões futuras. “Sabemos que o problema não depende unicamente de uma ação do governo, mas o nosso medo é de que uma nova decisão do STF prejudique outros empresários”.

“O risco de que uma nova decisão atinja o Pró-DF II é iminente, mas o STF precisa decidir o que pode ser feito, pois os empresários assinaram um contrato, ou seja, um instrumento jurídico. O que era devido de tributo já foi pago, o que é questionado na Justiça é a questão do empréstimo que foi concedido”, explica o tributarista Jacques Veloso.

O crédito liberado para os empresários foi negociado pelo GDF e liberado pelo Banco de Brasília (BRB). O Pró-DF I prevê 180 meses para a utilização e pagamento do empréstimo e a segunda versão do programa estabelece 300 meses. “Esse período não pode ser modificado, devido ao contrato assinado entre as partes. Enquanto o GDF não consegue aprovação no Confaz, nada pode ser feito. Essa novela promete ser longa”, opina Veloso.

Segundo o secretário de Fazenda, o GDF apresentou uma proposta ao Confaz que autoriza a remissão dos eventuais créditos do Pró-DF I, ou seja, o perdão da dívida. “O Governo de São Paulo pediu vistas da sugestão, mas o intuito é aprovar a proposta que convalida o prazo dos benefícios já concedidos”. Simão garante que o intuito do GDF é trazer tranquilidade aos empresários. “Não queremos que o empresário pague nada além daquilo que foi estabelecido por contrato”, afirma.

Unificação do ICMS

Proposta do governo de fixar imposto em 4% para todo o País tem o apoio do DF

Sheila Oliveira

sheila.oliveira@jornaldebrasil.com.br

A proposta de reforma tributária, discutida pelo Governo Federal juntamente com os estados, ganhou contribuições do Distrito Federal. A principal delas é com relação à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os quatro governadores do Centro-Oeste entregaram à presidente Dilma Rousseff documento que reforça o apoio da região ao que já foi sugerido para a mudança na legislação de arrecadação e cobrança de impostos. O documento sugere, ainda, garantias financeiras para os estados que sofrerão perdas com a possível redução da alíquota interestadual do ICMS.

“Nossa preocupação com a reforma é extremamente importante, já que concordamos com ela. Hoje está insustentável a guerra fiscal e quem perde com ela é o Brasil”, declarou o governador Agnelo Queiroz. A pro-

posta do governo é reduzir a taxa de ICMS, que hoje é de 12% para o DF, e unificá-la em 4% para todo o País. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), formado pelos 27 secretários de Fazenda dos estados mais o do DF, propõe a padronização gradual da alíquota.

De acordo com o governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, uma proposta de reforma tributária com alíquota zero do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seria um problema para os estados, assim como a proposta do governo de 4% para todos. A melhor opção, na avaliação do governador, seria uma alíquota de 7% para os estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste; e de 2% para os estados do Sul e Sudeste, considerados economicamente mais desenvolvidos.

DESTINO

A mudança na alíquota do ICMS de destino é outra reivindicação. Segundo o secretário de Fazenda do DF, Valdir Moysés Simão, devido ao perfil consumidor da população do DF, o governo tem deixado de arrecadar. “As vendas pela internet têm impactado nossa arrecadação, pois a mercadoria que é comprada em São Paulo, via comércio eletrônico, por exemplo, é tributada lá. Nossa proposta é que São Paulo recolha 4% de ICMS e Brasília fique com 13%”, explica.

SAIBA +

Atualmente, a alíquota de ICMS é 7% para os estados do Norte e Nordeste e 12% para os demais.

O governador Agnelo Queiroz destacou que outros temas de interesse do DF, de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram debatidos

durante a audiência com Dilma, em especial o caso da Região Metropolitana do DF.

A ministra chefe de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, também estiveram presentes.

“O intuito do governo é repartir a arrecadação, a exemplo do que já ocorre nas compras entre as empresas de estados diferentes. Tanto um estado como o outro recolhem ICMS”, afirma o advogado tributarista Jacques Veloso.

Para os governadores do Centro-Oeste, com a redução da alíquota e a mudança de destinação do imposto, alguns estados devem perder arrecadação e outros perder atratividade por não terem mercado ou a infraestrutura adequada para receber novas empresas. “Por isso, estamos sugerindo um fundo de compensação e outro para o desenvolvimento da região”, declara Simão.

Outra questão colocada em pauta foi a renegociação das dívidas dos estados com a União. “Atualmente os juros da dívida são bem maiores que a própria taxa Selic”, ressalta.

Segundo a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), em 2008 o saldo da dívida dos estados com a União estava estimada em R\$ 320 milhões. No fim de 2010, essa conta já batia a casa dos R\$ 350 milhões. “De certa forma, os estados estão financiando a União. Talvez essa seja a proposta mais importante de todo o pacote. A meu ver, se essa questão for resolvida, não seria necessária a criação de fundo de compensação, que é sempre mal vista pela sociedade”, opina Roberto Kupski, presidente da Febrafite.

O governadores também propuseram a divisão dos *royalties* do pré-sal: 22% para a Petrobrás; 25% para os estados produtores, 19% para a União, 6% para os municípios e 22% para serem divididos entre os estados não produtores.